

# Plano de Atividades 2015



# Plano de Atividades 2015



**AGÊNCIA  
PORTUGUESA  
DO AMBIENTE**

[apambiente.pt](http://apambiente.pt)

## Ficha Técnica

---

Título: Plano de Atividades da Agência Portuguesa do Ambiente 2015

Editor: Agência Portuguesa do Ambiente

Data de Edição: Agosto 2014

Coordenação Global: Conselho Diretivo da APA

Coordenação Técnica: Angelina Castro e Elisabete Almeida

Autoria: Lúcia Gomes e Carla Brito

# ÍNDICE GERAL

---

1. Resumo .....	4
2. Agência Portuguesa do Ambiente.....	8
3. Recursos.....	10
3.1. Recursos Humanos .....	10
3.2. Recursos Financeiros .....	11
3.3. Projeção dos Recursos Financeiros 2015-2017.....	13
4. Estratégia da APA .....	14
Objetivos Operacionais.....	16
5. Projetos e Atividades .....	17
5.1 Reorganização Interna da APA .....	17
5.2 Integração e Simplificação dos Regimes de Licenciamento na Área do Ambiente.....	20
5.3 Atividade Internacional.....	21
5.4 Parcerias com Stakeholders Estratégicos e Iniciativas de Participação Pública e de Partilha de Boas Práticas.....	22
5.5 Consolidação do Quadro Legal de Suporte à Política Ambiental .....	22
5.6 Ações de Proteção de Pessoas e Bens Face a Riscos Ambientais .....	24
5.7 Consolidação dos Principais Instrumentos de Planeamento e Reporte.....	25
5.8 Abordagem Integrada da Gestão dos Financiamentos Ambientais e Definição e Implementação de Políticas de Ambiente .....	27
ACRÓNIMOS.....	29

---

# 1. RESUMO

---

Em 2015 a **Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA)** irá desenvolver um vasto conjunto de atividades que decorrem das suas competências legais e, sobretudo, de um quadro estratégico delineado há 3 anos no âmbito da fusão de 9 organismos na atual APA. A sua atividade ocorre ainda em linha com o Programa de Governo, as Grandes Opções do Plano 2012-2015 e a Estratégia Orçamental 2011-2015.

Do ponto de vista organizacional e de gestão o essencial do processo de fusão da APA foi concluído em 2014. Com efeito, a APA incorpora e transmite hoje uma cultura própria, sem ter posto em causa as especificidades temáticas e regionais das suas diferentes áreas de negócio.

É evidente que os desafios de organização e melhoria de eficiência e eficácia da prestação do serviço público a cargo da APA são uma tarefa nunca acabada. Nesse sentido, 2015 ficará marcado pelo início da implementação de um novo paradigma de licenciamento na área do ambiente, através do **Licenciamento Único em Ambiente**

(LUA), que assenta na noção de "*um pedido, um dossiê, uma taxa e uma decisão*", dessa forma facilitando significativamente a vida aos cidadãos e empresas.

A APA irá continuar a apostar na otimização de recursos e racionalização de custos; na simplificação, harmonização e desmaterialização de processos, na inter-operabilidade e consolidação das tecnologias e sistemas de informação existentes, em particular dos **SiliAmb e SNIAmb**.

O ano de 2015 representará também o início da implementação da **Reforma da Fiscalidade Verde**, tendo a APA várias tarefas de monitorização e de operacionalização dessa reforma, em particular no respeitante à Taxa de Gestão de Resíduos, à taxa sobre sacos de plásticos leves, e ao incentivo ao abate de veículos em fim de vida.

De crucial importância para a moderna política de ambiente é igualmente o Compromisso para o **Crescimento Verde (CCV)**, que deverá ser concluído e firmado por um vasto leque de "stakeholders" em 2015. A

*A APA de hoje é a organização construída pelos seus colaboradores – por todos(as) quantos(as) trabalham todos os dias na APA, na proteção, desenvolvimento e gestão racional dos recursos naturais*

APA tem apoiado o CCV, integrando a sua comissão de redação.

A atividade internacional da APA em 2015 terá como tema central as alterações climáticas, pois **realiza-se no final do ano, em Paris, a Conferência da ONU** na qual se pretende adoptar um regime internacional que substitua o Protocolo de Quioto. A ambição é adotar um tratado internacional vinculativo que inclua todos os países e contenha igualmente um nível de ambição que impeça consequências irreversíveis da mudança do clima.

Um outro pilar da atividade internacional da APA é a **Convenção de Albufeira (CADC)**, que regula as bacias hidrográficas Luso-Espanholas. Após cerca de 2 anos de intensa atividade ao nível técnico e diplomático, em 2015 deverão ser dados importantes passos em matéria de planeamento e de monitorização conjuntos. Tendo em conta também que o ano hidrológico 2014-15 se vem apresentando como muito pouco chuvoso, a CADC deverá iniciar o acompanhamento desta situação.

Na linha do ocorrido desde 2012, em 2015 serão **concluídas praticamente todas as intervenções aprovadas no âmbito do POVT e do PAPVL**. A APA assume neste particular tarefas de monitorização, apoio técnico a diversos projetos e executa ela própria também vários.

Ainda em matéria de gestão do Litoral, em 2015 será apresentado o **relatório do Grupo de Trabalho do Litoral (GTL)**, coordenado pelo Prof Filipe Duarte Santos. O GTL apresentará propostas com vista à gestão sustentável no nosso extenso e ameaçado litoral. A APA integra a comissão de redação do GTL e, após a apresentação do relatório deverá, na qualidade de Autoridade Nacional de Gestão de Zonas Costeiras, elaborar propostas em matéria de **governança do litoral**. É igualmente de realçar em 2015 a elaboração dos **Programas de Orla Costeira**, que irão substituir os POOC e que assentam numa abordagem moderna de gestão da costa, protegendo-a perante novas ameaças como as alterações climáticas, mas também sendo mais flexível e adaptável às realidades locais.

Em 2015 deverá finalmente ser aprovado o **Plano Nacional da Água (PNA)**, cuja elaboração se iniciou em 2014. A APA tem coordenado os trabalhos da equipa técnica, liderada pelo Eng Pedro Serra. O PNA será um documento de cariz estratégico e orientador para a próxima década.

Ainda em matéria de recursos hídricos, prosseguirá a elaboração dos **Planos de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH) de 2ª geração e dos Planos de Gestão de Cheias e Inundações (PGRI)**. Estes instrumentos de planeamento são essenciais para a gestão



sustentável da água em Portugal e vêm sendo elaborados por uma vasta e dedicada equipa multidisciplinar na APA. Em 2015 serão apresentadas e objeto de consulta pública as questões significativas (QsiGA) e os programas de medidas dos PGRH.

Em 2015 irá também ser ultimado o **PENSAAR2020**, que vem sendo preparado desde 2014 sob a coordenação do Eng Veiga Frade. A APA integra mais esta comissão de redação e coordenará a Avaliação Ambiental Estratégica deste instrumento de planeamento em matéria de ciclo urbano da água.

A terminar os destaques de recursos hídricos, 2015 ficará marcado pela **conclusão dos trabalhos de demarcação do Domínio Público no Litoral**, tarefa desde há muitos anos em falta.

Em matéria de resíduos, em 2015 serão **concluídos vários processos de licenciamento de entidades gestoras de fluxos específicos**. Este tem sido um dossiê complexo, em particular no respeitantes aos resíduos de embalagens. Pretende-se em 2015 emitir licenças para fluxos de Embalagens (incluindo SIGRE e fitofarmacêuticos e medicamentos), Óleos Minerais, resíduos elétricos e eletrónicos (REE) e Pneus Usados.

Em termos de Planeamento de resíduos, em 2015 irá ser aprovado o **Plano Nacional de Gestão de Resíduos** e dar-se-á

início à **implementação do PERSU2020**, sendo a APA coordenadora do grupo de acompanhamento do PERSU2020.

As políticas de **qualidade do ar** e de **alterações climáticas** conhecerão em 2015 importantes desenvolvimentos em matéria de planeamento. Com efeito, será concluída a **Estratégia Nacional para o Ar (ENAR)**, cuja equipa técnica foi coordenada pelo Prof Francisco Ferreira. A ENAR deverá preparar Portugal para metas mais exigentes, mas exequíveis em matéria de qualidade do ar, na decorrência de propostas europeias.

Em 2015 será reestruturado todo o **quadro de políticas públicas de alterações climáticas (QEPIC)**, sendo apresentado um novo **PNAC2020-30** e atualizada a **ENAAC**. Portugal tem provas dadas nesta área – teve em 2014 o 4º melhor quadro de políticas climáticas do mundo. O CCV adicionalmente demonstrou que é possível controlar as emissões nacionais e criar emprego e valor em Portugal com a política climática e de energia.

Para a APA 2015 representa também uma nova fase em matéria de **fiscalização**. Após o contexto de contenção orçamental e de fusão, foi elaborado para 2015 o 1º plano de fiscalização da APA, devendo ser implementado em parceria com a IGAMAOT, as CCDR, o SEPNA/GRN e a Autoridade Marítima. A APA leva a cabo diretamente, em

média, cerca de 1,500-2000 ações de fiscalização por ano.

Para garantir o sucesso da implementação das políticas públicas em matéria de ambiente, recursos hídricos e resíduos, a APA, gestora técnica de vários fundos ambientais (**Fundo Português de Carbono, Fundo de Proteção de Recursos Hídricos e Fundo de Intervenção Ambiental**), continuará a apostar numa abordagem integrada da gestão dos financiamentos ambientais, procurando a maximização do investimento dos fundos estruturais e ambientais.

Para cumprir o proposto a APA conta em 2015 com aproximadamente 40,4 M€ de Orçamento de Investimento e de 29.5 M€ de Orçamento de Funcionamento, dispondo assim um **orçamento nominal de 69.9 M€**. Dispõe de um Mapa de Pessoal com **723 postos de trabalho**.

A Agência Portuguesa do Ambiente encara o ano de 2015 com a confiança de saber que os seus colaboradores(as) são profundamente conhecedores das matérias sob a égide da APA e empenhados na prossecução do serviço público de qualidade.





## 2. AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE

*Criada pelo Decreto-Lei n.º 56/2012, de 12 de março, viú ratificada a sua estrutura pela portaria n.º 108/2013, de 15 de Março, sendo um instituto público integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio.*

do litoral, as alterações climáticas, a gestão dos resíduos, a proteção da camada do ozono e a qualidade do ar, a recuperação e valorização dos solos e outros locais contaminados, a prevenção e controlo integrados da poluição, prevenção e

A Agência Portuguesa do Ambiente, IP (APA) tem como papel alicerçar as políticas de crescimento verde por parte do Estado. A APA é o organismo na Administração Central responsável pelo desenvolvimento e execução das principais políticas de ambiente e de desenvolvimento sustentável.

A APA é Autoridade Nacional num conjunto de domínios, tais como o Licenciamento na área do Ambiente, a gestão dos recursos hídricos e

controlo do ruído, a prevenção de riscos industriais graves, a segurança radiológica, a rotulagem ecológica, as compras ecológicas, os sistemas voluntários de gestão ambiental, a avaliação de impacte ambiental e avaliação ambiental de planos e programas.

A APA gere ainda ao nível técnico o Fundo Português de Carbono, do Fundo de Proteção de Recursos Hídricos e do Fundo de Intervenção Ambiental

A APA Apresenta uma estrutura orgânica departamental, constituída por serviços centrais e serviços territorialmente desconcentrados na área de recursos hídricos.

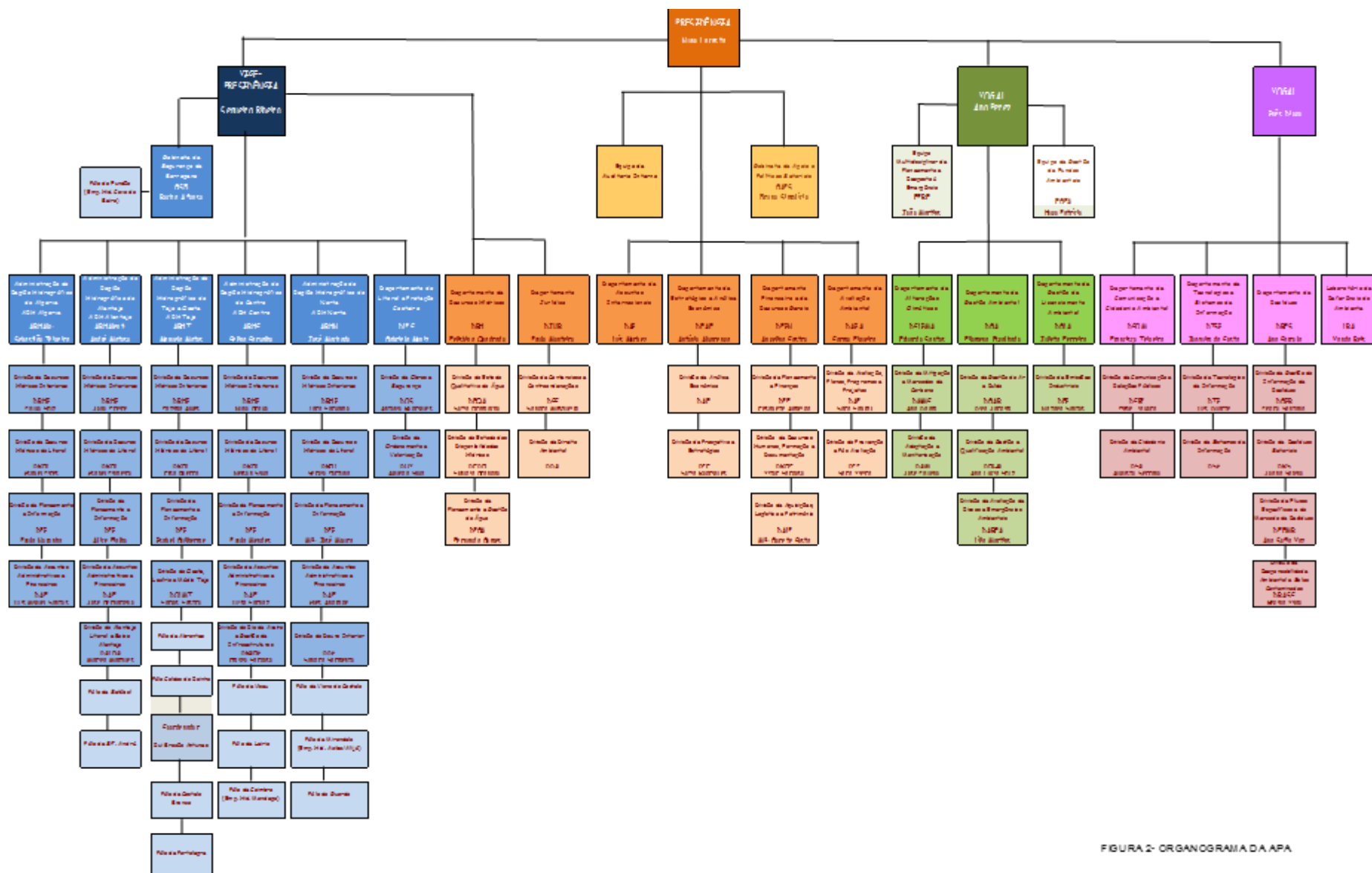
A APA é liderada por um Conselho Diretivo (órgão colegial composto por 1 Presidente, 1 Vice-Presidente e 2 Vogais), e composta por 18 unidades orgânicas de 1.º nível designadas “Departamentos” ou “Administrações” (unidades nucleares) organizados, respetivamente, por 56 unidades orgânicas de 2.º nível, designadas Divisões ou Gabinetes, consoante se integrem nos Departamentos ou dependam hierárquica e funcionalmente do Conselho Diretivo (unidades flexíveis), conforme organograma na

página seguinte.



# Organograma da Agência Portuguesa do Ambiente, IP,

Janeiro de 2015



## 3. RECURSOS

### 3.1. Recursos Humanos

Para o ano de 2015, o mapa de pessoal prevê **723 postos de trabalho**, o que representa uma redução de cerca de 93 postos de trabalho relativamente a 2014. Esse decréscimo concentra-se maioritariamente no grupo profissional de Assistentes Técnicos. De referir que o índice de tecnicidade da APA tem vindo a aumentar desde 2012, sendo que 2015 se

procurará aumentar em mais 6 % em relação a 2014. Em 2016 prevê-se uma redução de mais 3% em relação ao ano anterior. Para tal serão reconvertidos postos de trabalho das carreiras de suporte existentes (Assistentes Técnicos e Operacionais), bem como serão recrutados técnicos superiores qualificados.

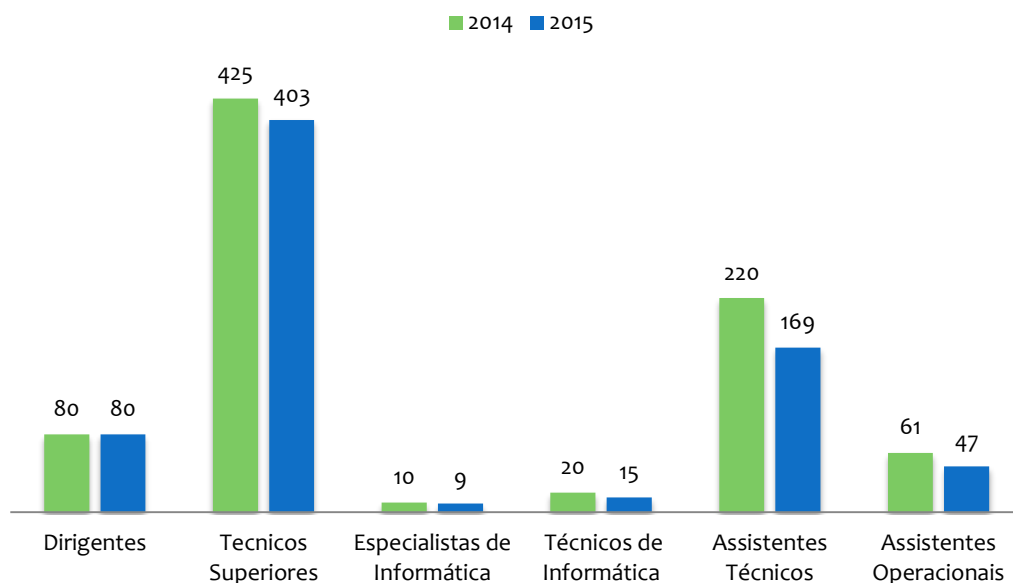


GRÁFICO 1 – N.º DE POSTOS DE TRABALHO APROVADOS EM MAPA DE PESSOAL 2014 e 2015

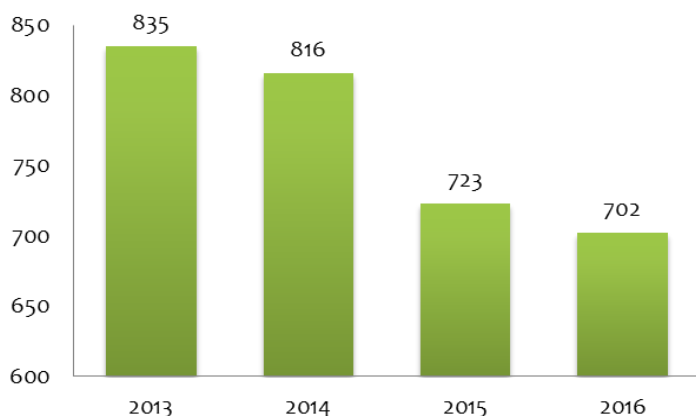


GRÁFICO 2 - PROJEÇÃO DO MAPA DE PESSOAL PARA 2015-2016

## 3.2. Recursos Financeiros



Para 2015, a APA disporá de cerca de 69,9 M€ de orçamento nominal.

O **orçamento de investimento (OI)** é de 40,4M€, sendo financiado em 60% por Receitas Comunitárias, 11,2% por Receitas Nacionais e o restante suportado por Outras Receitas, em particular oriundas dos Fundos Ambientais (FIA, FPRH, FPC).

À semelhança do ano transato a área que abarca a maior fatia do

OI (88%) é a referente a projetos de gestão estratégica da água, em particular para as intervenções do PAPVL, ações de gestão do risco e reabilitação das redes de monitorização ambiental. Em termos de volume financeiro, a segunda área de negócio mais preponderante no orçamento cativo da APA respeita aos sistemas e tecnologias de informação, prosseguindo a gestão estratégica da APA no sentido de se dotar de ferramentas modernas de serviço aos cidadãos e comunidades.

Sem embargo do referido, a gestão por parte da APA do orçamento do FPC permite concluir-se que a economia de baixo carbono continua a constituir, em termos nominais, a maior fatia (109 M€ em 2015) do investimento nas áreas sob a jurisdição da APA.

(Unid: M€)

<i>Investimento</i>	<u>Montante</u>		N.º de Projetos		<u>Variação do Investimento 2014-15</u>
	2014	2015	2014	2015	
Reestruturação Interna	2,85	2,48	5	7	-13,0%
Economia Verde	0,08	0,0	2	0	-100%
Gestão Estratégica da Água	63,3	35,6	45	38	-43,8%
Gestão Estratégica do Ar e do Clima	0,60	0,26	2	2	-56,7%
Gestão Estratégica dos Resíduos	0,55	0,48	2	2	-12,7%
Avaliação e Gestão Ambiental	1,39	1,57	5	6	12,9%
<b>TOTAL</b>	<b>68,8</b>	<b>40,4</b>	<b>61</b>	<b>55</b>	<b>-41,3%</b>

**QUADRO 1 - COMPARAÇÃO DO ORÇAMENTO INVESTIMENTO 2014- 2015**

O **orçamento de funcionamento (OF)** é de 29,5 M€, sendo 71% para assegurar as despesas com pessoal, 23% para aquisição de

bens e serviços, 5,8 % para outras despesas correntes e os restantes 0,5% destinado a despesas de capital.

			(Unid: M€)
Funcionamento	<u>Montante</u>		<u>Variação</u>
	2014	2015	2014-15
Despesas com Pessoal	22,9	20,9	-8,7%
Aquisições de Bens e Serviços	5,72	6,76	18,2%
Despesas de Capital	0,00	0,14	+100%
Outras	0,87	1,71	96,6%
<b>TOTAL</b>	<b>29,5</b>	<b>29,5</b>	<b>-0,00%</b>

**QUADRO 2 – COMPARAÇÃO DO ORÇAMENTO FUNCIONAMENTO 2014- 2015**

			(Unid: M€)
Fundo	<u>Montantes 2015</u>		Montante afeto APA
	Receita	Despesa	
Fundo de Intervenção Ambiental (FIA)	1,91	1,91	0,69
Fundo de Proteção de Recursos Hídricos (FPRH)	15,0	15,0	7,94
Fundo Português de Carbono (FPC)	123,5	110,0	3,30
<b>TOTAL</b>	<b>126,0</b>	<b>126,0</b>	<b>11,94</b>

**QUADRO 3 – FUNDOS AMBIENTAIS 2015 E % ATRIBUÍDA À APA**

Para 2015 a APA irá integrar no seu Orçamento cerca de 11,9 M€ das receitas dos **fundos ambientais**.

Destes montantes, 8,6 M€ são provenientes do FIA e do FPRH, e correspondem à percentagem de projetos de investimento da APA previstos no âmbito da promoção da utilização racional e a proteção dos recursos hídricos e de iniciativas de prevenção e reparação de danos a componentes ambientais naturais e humanas.

Os 3,3 M€ oriundos do FPC correspondem à comissão de gestão atribuída à APA pelos serviços prestados na gestão da política climática em Portugal.



### 3.3. Projeção dos Recursos Financeiros 2015-2017

No próximo triénio manter-se-á a tendência de contenção orçamental suportada numa política de gestão com enfoque na redução de custos e na racionalização e otimização de

recursos. Em relação OF, prevê-se uma redução anual na ordem dos 3%.

Funcionamento	<i>(Unid: M€)</i>		
	Montante		
	2015	2016	2017
Despesas c/ Pessoal	20,9	20,3	19,6
Aquisições de Bens e Serviços	6,76	6,56	6,36
Despesas de Capital	0,14	0,14	0,14
Outras	1,71	1,66	1,60
<b>TOTAL</b>	<b>29,5</b>	<b>28,6</b>	<b>27,7</b>

QUADRO 4 – PROJEÇÃO DO ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO 2014-2017

No que se refere ao OI, para 2016 prevê-se uma redução de cerca 20% em relação ao previsto para 2015, como resultado do grau de execução do PAPVL, suportado maioritariamente por financiamento comunitário.

De referir que a projeção avançada para 2016, ano de entrada em vigor do novo Quadro Europeu Comunitário (QEC), poderá ser influenciada em diferentes direções por uma multiplicidade de fatores.

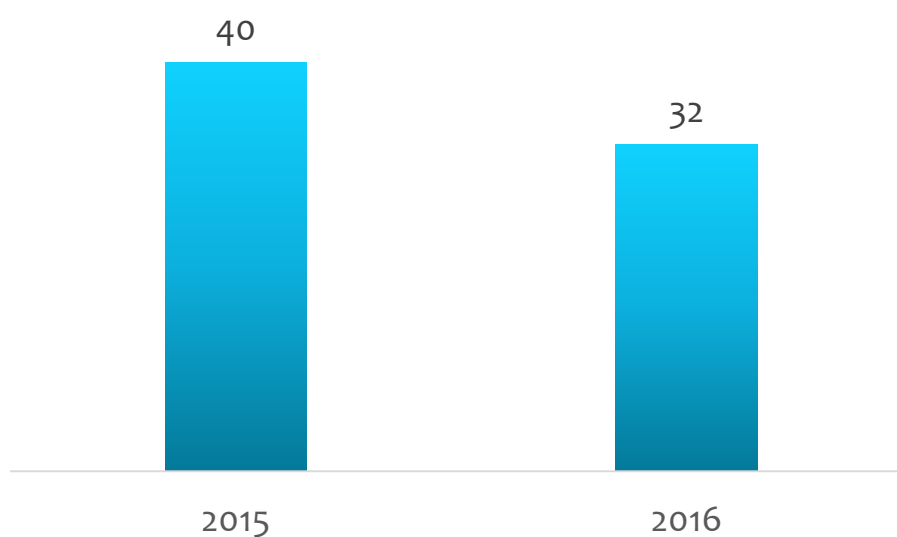


GRÁFICO 3 – PROJEÇÃO DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2014-2015 (Milhões de Euros)



## 4. ESTRATÉGIA DA APA

A APA tem como **missão**

*propor, desenvolver e acompanhar a gestão integrada e participada das políticas de ambiente e de desenvolvimento sustentável, de forma articulada com outras políticas sectoriais e em colaboração com entidades públicas e privadas que concorram para o mesmo fim, tendo em vista um elevado nível de proteção e de valorização do ambiente e a prestação de serviços de elevada qualidade aos cidadãos.*

A **visão** da APA centra-se em

*contribuir para o desenvolvimento sustentável de Portugal, assente em elevados padrões de proteção e valorização dos sistemas ambientais e de abordagens integradas das políticas públicas..*

Para tal, a APA tem pautado a sua atividade pelos seguintes valores:

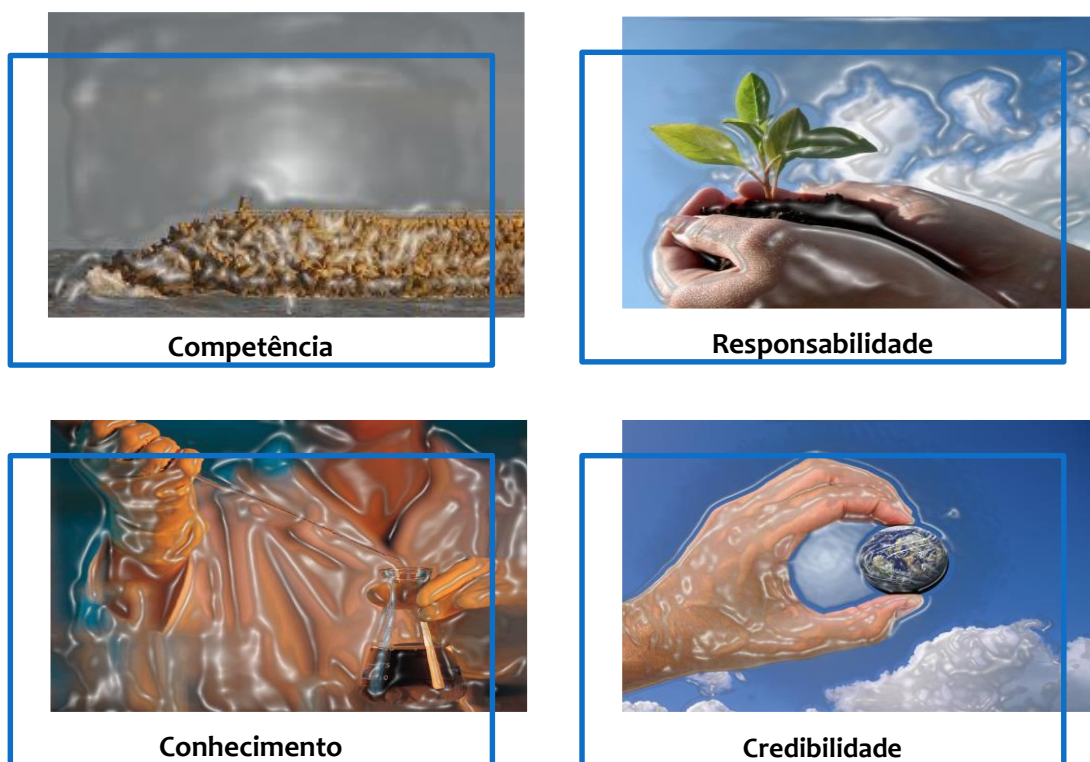


FIGURA 3 – VALORES da APA

Para que a APA seja reconhecida como referencial na gestão integrada dos recursos

ambientais foram definidos os seguintes **objetivos estratégicos**:



OE 1 – Aumentar o nível de proteção, recuperação e valorização dos ecossistemas



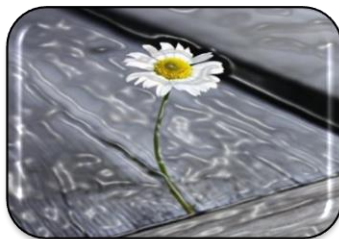
OE 2 – Aumentar o nível de proteção de pessoas e bens face a situações de risco



OE 3 - Melhorar o conhecimento e a informação sobre o ambiente



OE 4 – Reforçar a participação pública e assegurar o envolvimento das instituições



OE 5 – Garantir a excelência no desempenho das competências atribuídas

FIGURA 4 – OBJETIVOS ESTRATÉGICOS da APA

Para a operacionalização da estratégia, foram definidas para o biénio 2014-2015 **Prioridades de Ação e Objetivos Operacionais**, nos quais

se irão enquadrar os projetos/atividades previstos a executar pela APA em 2015:

Reorganização Interna e Consolidação da Cultura Organizacional

*Reforço de Ações de Cooperação e de Parcerias com Stakeholders Estratégicos e de Iniciativas de Participação Pública e de Partilha de Boas Práticas*

Consolidação do Quadro Legal de Suporte à Política Ambiental

*Intensificação das Ações de Proteção de Pessoas e Bens Face a Riscos Ambientais*

Consolidação dos Principais Instrumentos de Planeamento e de Avaliação

*Desenvolvimento de uma Abordagem Integrada da Gestão dos Financiamentos Ambientais e Definição e Implementação de Políticas de Ambiente*

*Integração e Simplificação dos Regimes de Licenciamento na Área do Ambiente Contra-Ordenacional e Económico-Financeiro*

*Desenvolvimento do Sistema de Licenciamento do Ambiente (SILIAMB) e do Sistema Nacional de Informação Ambiental (SNIAMB)*

FIGURA 5 – PRIORIDADES DE AÇÃO

# Objetivos Operacionais

<b>Eficácia</b>											<b>35%</b>
<b>O1: Consolidar e Desenvolver os principais Instrumentos de Planejamento e Reporte Ambiental</b>											<b>Peso: 25%</b>
INDICADORES		2013	2014	META 2015	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
1	N.º de Planos elaborados (p.e. PNAC, PGRH, POOC, ENAAC, ENAR, PNA PNGR, PENSAAR)	n.a.	n.a.	6	1	7	50%				
2	N.º de Relatórios elaborados (p.e. REA 2015, RAA 2015, Relatórios - convenção Aarhus, Relatório da Autoridade de Segurança de Barragens, Relatórios-MTR, relatórios relativos ao acompanhamento das eliminação ou descontaminação de equipamentos contendo PCB e PCB usados; relatórios anuais	n.a.	n.a.	10	1	7	50%				
<b>O2: Consolidar o Quadro legal de Suporte à Política Ambiental</b>											<b>Peso: 15%</b>
3	N.º de projetos de diplomas Legais elaborados/revistos, transpostos (Regimes Jurídicos, Resoluções de Conselho de Ministros (RCM), transposição Diretivas Europeias, Protocolos e Convenções.)	n.a.	n.a.	8	1	9	100%				
<b>O3: Implementar o PAPVL-Plano de ação de Proteção e Valorização do Litoral e Disponibilizar a Demarcação do Domínio Público Marítimo (DPM)</b>											<b>Peso: 30%</b>
INDICADORES		2013	2014	META 2015	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
4	N.º de Procedimentos lançados do PAPVL em 2015/ total de procedimentos previstos para 2015	45%	50%	70%	5%	80%	50%				
5	% da Extensão do território demarcado/total da extensão de linha de costa e estuários do território nacional	n.a.	61%	90%	5%	95%	50%				
<b>O4: Reformular e Reabilitar as Redes de Monitorização</b>											<b>Peso: 20%</b>
INDICADORES		2013	2014	META 2015	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
6	N.º de Estações novas /N.º total de Estações previstas	n.a.	30%	80%	5%	90%	50%				
7	Nº de Estações Adquiridas para a RADNET	n.a.	n.a.	2	1	3	50%				
<b>O5: Implementar a Nova Estratégia de Comunicação da APA</b>											<b>Peso: 10%</b>
INDICADORES		2013	2014	META 2015	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
8	Reformular o Portal da APA (V.2.0)	n.a.	n.a.	30/nov	15 dias	15/nov	50%				
9	Diminuição do tempo médio de resposta a pedidos da Comunicação Social, face ao período de referência (96h)	n.a.	n.a.	15%	5%	10%	50%				
<b>Eficiência</b>											<b>30%</b>
<b>O6: Aumentar o n.º de Funcionalidades nos Sistema de Informação</b>											<b>Peso: 40%</b>
INDICADORES		2013	2014	META 2015	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
10	N.º de funcionalidades implementadas no SILiAmb	5	6	6	1	8	50%				
11	Disponibilização de Informação geográfica utilizando os serviços Web	0	20	10	1	9	50%				
<b>O7: Aumentar o n.º de medidas para otimizar e racionalizar o modelo financeiro e patrimonial</b>											<b>Peso: 30%</b>
INDICADORES		2013	2014	META 2015	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
12	Taxa anual de redução de aquisições de bens e serviços	1,5%	3%	3%	1%	5%	50%				
13	N.º de de contratos de concessão para gestão das infraestruturas hidráulicas	n.a.	n.a.	3	1	4	50%				
<b>O8 : Incrementar o âmbito de abrangência da acreditação e captar novos clientes/parceiros</b>											<b>Peso: 30%</b>
INDICADORES		2013	2014	META 2015	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
14	N.º de novos parâmetros acreditados na rede laboratorial	n.a.	n.a.	20	2	15	100%				
<b>Qualidade</b>											<b>35%</b>
<b>O9:Elaborar Guias Técnicas de harmonização no domínio do Ambiente</b>											<b>Peso: 30%</b>
INDICADORES		2013	2014	META 2015	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
15	N.º de Guias e Notas técnicas elaboradas	n.a.	n.a.	10	2	13	100%				
<b>O10: Consolidar o Processo de Fusão da APA</b>											<b>Peso: 40%</b>
INDICADORES		2013	2014	META 2015	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
16	Desenvolvimento da "Plataforma de Gestão de Transações e Emissão de DUC's" (Taxa de execução %)	n.a.	n.a.	70%	10%	60%	50%				
17	Desenvolvimento de uma Plataforma de Faturação (Taxa de execução %)	n.a.	n.a.	70%	10%	60%	50%				
<b>O11: Promover ações que estimulem o crescimento verde</b>											<b>Peso: 30%</b>
INDICADORES		2013	2014	META 2015	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
18	N.º de iniciativas e projetos APA que contribuam para os critérios de sucesso definidos no âmbito do CCV	n.a.	n.a.	8	1	9	100%				

## 5. PROJETOS E ATIVIDADES

---

### 5.1 Reorganização Interna da APA

Do ponto de vista organizacional e de gestão o essencial do processo de fusão da APA, I.P., iniciado em 2012, foi concluído em 2014. A APA incorpora e transmite hoje uma cultura própria, sem ter posto em causa as especificidades temáticas e regionais das suas diferentes áreas de negócio.

É evidente que os desafios de organização e melhoria de eficiência e eficácia da prestação do serviço público a cargo da APA são uma tarefa nunca acabada. Nesse sentido, 2015 ficará marcado pelo início da implementação de um novo paradigma de licenciamento na área do ambiente, através do Licenciamento Único Ambiental (LUA), que assenta na noção de “um pedido, um dossiê, uma taxa e uma decisão”, dessa forma facilitando significativamente a vida aos cidadãos e empresas.

A APA irá assim continuar a apostar na otimização de recursos e racionalização de custos; na simplificação, harmonização e desmaterialização de processos, na interoperabilidade e consolidação das tecnologias e sistemas de informação existentes, nomeadamente dos *SiliAmb* e *SNIAmb*.

#### ■ **Gestão Administrativa-Financeira e Patrimonial**

- ⇒ Implementação de medidas de racionalização de contratos, património e redução das despesas correntes. A destacar: a transferência e centralização do arquivo da APA; a unificação dos contratos de manutenção e exploração; a racionalização de aquisições de bens e serviços através das compras pela unidade ministerial de compras (UMC) e a recuperação, remodelação, reapetrechamento e melhoria da eficiência energética e qualidade do ar interior nas instalações da APA.
- ⇒ Implementação de medidas para uma eficaz cobrança de receitas próprias. Para

esse efeito irá ser desenvolvida uma plataforma de faturação.

- ⇒ Transferência de gestão de infraestruturas hidráulicas para utilizadores de aproveitamentos hídricos (fins múltiplos ou preponderantes) ao abrigo da Lei da Água.

#### ■ **Recursos Humanos e Qualificação**

- ⇒ O Plano de Formação APA/2015 apostará em formação técnica e qualificada adaptada às necessidades da APA, em especial: gestão de projeto; gestão de mudança e melhoria contínua e inúmeras formações técnicas.
- ⇒ Adequação do mapa de pessoal para responder à carência de recursos humanos com perfis altamente especializados.

#### ■ **Atendimento e Comunicação**

- ⇒ Reformulação do portal da APA, orientando-o para as principais necessidades dos clientes.
- ⇒ Conceção e Implementação de um Sistema Integrado de Gestão de Atendimento (SIGA) da APA.
- ⇒ Conceção e operacionalização de uma Intranet Única para a APA.
- ⇒ Divulgação ao público das melhores práticas nos domínios da educação e cidadania ambiental.

#### ■ **Consolidação das Tecnologias e Sistemas de Informação da APA**

- ⇒ Consolidação de um sistema de apoio à função de HelpDesk.
- ⇒ Consolidação da solução que permita assegurar de forma centralizada a gestão de todo o parque de Desktops e Servidores.

- ⇒ Consolidação da política de renovação do parque de Desktops, com enfoque na virtualização (VDI).
- ⇒ Evolução de sistema de automatização de gestão e atualizações para desktops.
- ⇒ Consolidação da solução de *Virtual Network Computing*.
- ⇒ Conclusão da implementação de uma rede única para toda a APA.
- ⇒ Conclusão da instalação um único *Data Center* para a APA.
- ⇒ Conclusão da implementação de uma solução centralizada de *backups*.
- ⇒ Operacionalização de um Sistema de Informação de Pessoal ao nível de dados, aplicacional e tecnologia associada.
- ⇒ Implementação da "Plataforma de Gestão de Transações e Emissão de DUC's" com integração do cartão do cidadão, controlo de emissão e gestão do processo de vida de um DUC.
- ⇒ Implementação de uma Plataforma de Faturação.
- ⇒ Construção final da Arquitetura de BI corporativa dos modelos de dados e dos processos
- ⇒ Gestão do Modelo de Dados Mestre, da gestão das entidades de toda a APA.
- ⇒ Gestão do Sistema Aplicacional de Planeamento.
- ⇒ Conceber um Sistema Integrado de Gestão de Atendimento (SIGA) para a APA, assente no conceito de "Modelo Integrado de Atendimento Multicanal" ao Cliente, permitindo que o acesso se faça através de diferentes canais (web/mobile, telefone, presencial), com diferentes níveis de informação e de serviço diferenciados de acordo com a tipologia de clientes.
- ⇒ Implementação dos diferentes *Data Marts*, de acordo com as necessidades de *reporting*/exploração da informação, gestão das fontes de dados com vista garantir os indicadores e dimensões de análise que servirão de suporte aos relatórios e/ou *dashboards*.
- ⇒ Conclusão de todo o desenvolvimento de uma infraestrutura baseada em MDM, com o mapeamento dos dados operacionais das unidades Orgânicas da APA, com os dados mestres no modelo central de dados, fornecendo uma visão única e integrada dos dados de base para toda a organização,

funcionando como um depurador com mecanismos automáticos e semiautomáticos, criando a capacidade de fornecer os dados do modelo às iniciativas a jusante (DW, BI, Reporting, Mailing list, etc.).

- ⇒ Integração de sistemas de validação e certificação (assinaturas qualificadas, representativas, com *time stamp*) e modelo de interoperabilidade adequado, na Gestão Documental e Processos.
- ⇒ Desenvolver Processos com base no classificador Macro Estrutura Funcional (MEF), de acordo com atividades da APA, em ferramenta *Business Process Management* (BPM) (K2), disponibilizando as funcionalidades na *Intranet*, com ligação a aplicações necessárias (i. e. a Gestão Documental).
- ⇒ Desenvolver os mecanismos necessários para a recolha de indicadores de Gestão Financeira com base nos dados constantes do *Data Warehouse* da APA, os *Data Marts* do BI, a informação de base do ERP, nomeadamente no que diz respeito à cobrança efetiva da receita, disponibilizados no GERFIP.
- ⇒ Desenvolvimento, em colaboração com a Autoridade Tributária, das guias eletrónicas de resíduos (e-Gar).

## ■ **Desenvolvimento do Sistema de Licenciamento do Ambiente (SiliAmb)**

- ⇒ Upgrade do SiliAmb como plataforma de processamento e gestão do Licenciamento Único Ambiental (LUA), permitindo a plena interoperabilidade com outros sistemas de licenciamento, nomeadamente o SIR e o REAP.
- ⇒ Adaptação do módulo de autocontrolo para permitir o preparar os dados de base para o cálculo da Taxa de Recursos Hídricos (TRH).
- ⇒ Desenvolvimento de *Webservices* para interoperabilidade com a aplicação de gestão de pagamentos da APA.
- ⇒ Emissão automática de títulos padronizados para as utilizações mais simples de captação de água subterrânea e

de rejeição de águas residuais, já modeladas no SILiAmb.

- ⇒ Dotar a plataforma de uma componente de apoio à realização de ações de fiscalização.
- ⇒ Modelação das utilizações dos recursos hídricos ainda não existentes na plataforma.
- ⇒ Modelação do licenciamento de empresas de pesquisa de água subterrânea.
- ⇒ Desenvolvimento de ferramentas que facilitem o manuseamento de dados, a visualização gráfica da informação e a elaboração de relatórios (utilizações, títulos e autocontrolo).
- ⇒ Desenvolvimento do módulo de Emissões Atmosféricas do SILiAmb.
- ⇒ Desenvolvimento dos módulos Mapa de Registo de Resíduos Urbanos (MRRU) e Movimentos Transfronteiriços de Resíduos (MTR) do SILiAmb.
- ⇒ Desenvolvimento dos módulos Pollutant Release and Transfer Register (PRTR) e Componentes Mapa Integrado de Registo de Resíduos (MIRR) + Sistema Integrado de Registo Eletrónico de Resíduos (SIRER).

## ■ **Desenvolvimento do Sistema Nacional de Informação Ambiental (SNIAmb)**

- ⇒ Consolidação da Infraestrutura de dados espaciais (IDE).

- ⇒ Prossecução do desenvolvimento do geoportal da APA, nas suas componentes de exploração, visualização e descarregamento de dados geográficos em cumprimento da Diretiva INSPIRE.
- ⇒ Desenvolvimento de ferramentas de inquirição e geoprocessamento básico no geovisualizador do sistema.
- ⇒ Melhoria da interoperabilidade do sistema de modo a facilitar a partilha de informação com outros sistemas análogos.
- ⇒ Integração plena da informação proveniente de outros sistemas de monitorização da responsabilidade da APA (Água (SNIRH e SVARH), Riscos, Ar, Ruído, Resíduos, etc.)
- ⇒ Incremento do carregamento de metainformação referente a informação não georreferenciada (documental) de natureza ambiental.
- ⇒ Incremento, atualização e manutenção dos serviços geográficos (WMS e WFS) fornecidos pelo sistema de modo a suportar as políticas de dados abertos.
- ⇒ Desenvolvimento de ferramentas Sistema de Informação Geográfico (SIG) de suporte à atividade dos serviços da APA (via web browser), que permitirá reduzir a dependência de *software* SIG dedicado.





## 5.2 Integração e Simplificação dos Regimes de Licenciamento na Área do Ambiente

### ▪ **Licenciamento Único em Ambiente (LUA)**

Como referido, a principal prioridade organizacional e de gestão da APA para 2015 será a implementação do novo Regime do Licenciamento Único em Ambiente (LUA).

O LUA implica uma verdadeira mudança de paradigma em termos de gestão de projeto nas atividades de licenciamento na área do ambiente. Constitui-se assim, em primeira linha, como um desafio “cultural” à administração pública – a APA e as CCDR sobretudo. Constitui também um enorme desafio em termos de eficiência e eficácia, sendo para tal essencial beneficiar das melhores práticas em termos de gestão pública e, em particular, de tecnologias e sistemas de informação. Ora, para tal, o SILiAmb é, hoje, uma ferramenta de referência que importa agora melhorar e expandir para apoiar o LUA.

Nesse sentido, em 2015 proceder-se-á à implementação de novas funcionalidades/módulos no SILiAmb em implementação do LUA, garantido em particular a sua interoperabilidade com os regimes de licenciamento das atividades económicas, nomeadamente com o SIR, com o Regime de Exercício das Atividades Pecuárias (REAP) e o Regulamento de licenças para Instalações Elétricas. As ações previstas neste âmbito são:

- ⇒ Desenvolvimento de um simulador, peça chave do esquema conceptual do licenciamento único de ambiente, que orienta as entidades singulares e coletivas na identificação dos regimes jurídicos de ambiente aplicáveis ao seu caso concreto.
- ⇒ Desenvolvimento de um formulário único gerado automaticamente na sequência da simulação e que abrange todos os regimes de licenciamento e controlo prévios em matéria de ambiente
- ⇒ Início do desenvolvimento da componente de “back office” do módulo LUA,

procedimento de licenciamento Integrado (PLI) que abrange todos os regimes de licenciamento e autorização integrados no LUA

- ⇒ Início do desenvolvimento da componente de “front office” do módulo LUA que permitirá às partes interessadas o acompanhamento “passo a passo” dos procedimentos de licenciamento relativos aos diferentes regimes de ambiente
- ⇒ Conceção de um Título Único de Ambiente (TUA) que agrega todos os atos de licenciamento e de controlo prévio no domínio do ambiente aplicáveis ao pedido, sendo nele inscritas todas as licenças e autorizações concedidas, bem como averbadas as vicissitudes jurídicas das mesmas, assegurando o histórico dessa atividade, em matéria de ambiente.
- ⇒ Desenvolvimento do módulo LUA de cálculo da Taxa Ambiental única e a sua repartição automática pelas diferentes entidades licenciadoras.

### ▪ **Guias de harmonização de procedimentos em matéria de água**

Continuação da produção destas guias em 2015, nomeadamente guias de:

- ⇒ prazos associados a licenças e concessões;
- ⇒ captação de água para produção de energia hidroelétrica e
- ⇒ captação de água para os projetos de investimento e emissão de TURH.
- ⇒ Articulação com as áreas de jurisdição das autoridades portuárias;
- ⇒ Aquicultura;
- ⇒ Perímetros de proteção de captação de águas superficiais, destinados ao abastecimento público;
- ⇒ Gestão das Comunicações versus Autorizações;
- ⇒ Processos de regularizações (poços e charcas);

- ⇒ Ocupações do Domínio Público Marítimo (DPM), incluindo as edificações para habitação.

## 5.3 Atividade Internacional

Na dimensão internacional da atividade da APA, em particular no que respeita ao **acompanhamento de dossiers comunitários e internacionais**, merecem especial destaque:

- ⇒ A Convenção Quadro das Nações Unidas para Alterações Climáticas (CQNUAC), com acompanhamento e participação ativa nas negociações internacionais com vista a alcançar um novo acordo global para o pós 2020, a ser adotado em Dezembro 2015 na COP de Paris.
- ⇒ O Pacote europeu Energia-Clima 2030, que inclui a reforma do Comércio Europeu de Licenças de Emissões (CELE), a Reserva de Estabilidade do Mercado de Carbono (MSR) e o acordo de partilha de responsabilidades (para os setores não abrangidos pelo CELE).
- ⇒ O acompanhamento e participação na negociação das propostas de diretivas relativas aos tetos de emissão nacionais e às médias instalações de combustão.
- ⇒ O acompanhamento e participação nos trabalhos da COP do Protocolo de Montreal;
- ⇒ O acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos no âmbito da Convenção sobre Poluição Atmosférica Transfronteiras a Longa Distância e respetivos Protocolos.
- ⇒ Acompanhamento e participação no processo de negociação comunitária do pacote economia circular.
- ⇒ A 12ª reunião da COP da Convenção de Basileia sobre o Controlo dos Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e sua Eliminação (BC COP12), a 7.ª reunião da COP da Convenção de Roterdão sobre o Procedimento de Consentimento e Informação Prévia (PIC) para Determinados Produtos Químicos e Pesticidas Perigosos no Comércio Internacional (RC COP7), e a 7.ª reunião da

COP da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs) (SC COP7). As três COPs realizam-se back-to-back, e têm como objetivo o desenvolvimento de sinergias, uma vez que têm diversos aspetos em comum.

- ⇒ As funções de membro do *Board* da Agência Europeia para os Químicos (ECHA) e do Bureau e do Conselho de Administração da Agência Europeia do Ambiente (AEA), e de Ponto Focal Nacional da Rede Europeia de Informação e Observação do Ambiente (Eionet),
- ⇒ Participação nas atividades do NRC State of Environment Reporting (NRC SoE), e do NRC Forward Looking Information and Scenarios (NRC FLIS),
- ⇒ As reuniões da European Network of the Heads of Environment Protection Agencies.
- ⇒ O acompanhamento da aplicação da Diretiva Quadro da Água no âmbito do grupo de coordenação estratégico da diretiva coordenado pela Comissão Europeia.
- ⇒ O acompanhamento da Convenção sobre Cooperação para a Proteção e Aproveitamento Sustentável das Águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas (Convenção de Albufeira -1998).

No âmbito da **cooperação internacional** importa salientar:

- ⇒ Conclusão do processo negocial com o Consejo de Seguridad Nuclear de Espanha (CSN) do "Protocolo bilateral no âmbito das emergências radiológicas e monitorização ambiental". São partes deste Protocolo o CSN, por Espanha e a APA, o IST e a ANPC, por Portugal.
- ⇒ Ao abrigo da iniciativa Fast Start, o acompanhamento dos projetos

financiados pelo FPC ainda em implementação, que se desenvolvem em Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe, Angola e Timor Leste.

⇒ O reforço de capacidades em matéria de avaliação de impacto ambiental de

projetos com impacto nos recursos hídricos em Angola e Moçambique.

⇒ As ações de formação sobre movimentos transfronteiriços de resíduos a realizar em Cabo Verde.

⇒ Ação de sensibilização sobre Educação Ambiental a realizar em Macau.

## 5.4 Parcerias com Stakeholders Estratégicos e Iniciativas de Participação Pública e de Partilha de Boas Práticas

Para 2015, a APA vai continuar a apostar no reforço de ações de cooperação e de parcerias com *stakeholders* estratégicos e de iniciativas de participação pública e de partilha de boas práticas, criando sinergias, nomeadamente no âmbito da cidadania e educação ambiental, alterações climáticas, investigação e informação na área do ambiente.

Em termos de **cooperação institucional** destacam-se iniciativas como:

⇒ A colaboração nos Programas “praia acessível, praia para todos!” e “praia saudável”, com o objetivo de doar equipamentos nas vertentes de segurança, acessibilidades e gestão ambiental, bem como promover ações de sensibilização.

⇒ Green Project Awards 2015 – na 8ª edição dos prémios GPA irá dar-se continuidade à parceria com a QUERCUS naqueles que são hoje os prémios de referência em matéria de sustentabilidade e ambiente. Irão igualmente ser promovidas várias conferências em matérias como desmantelamento de navios, turismo e

ambiente, emprego verde e marketing verde.

⇒ Projeto8o - projeto que tem como objetivo promover a educação para a sustentabilidade, o empreendedorismo e cidadania nas escolas básicas e secundárias.

⇒ Inúmeras parcerias e projetos com Universidades e os principais Centros de Investigação em Economia/Engenharia do Ambiente em Portugal.

⇒ Atividades de educação ambiental para o desenvolvimento sustentável na comunidade sede da APA- Amadora-Bairro do Zambujal.

⇒ Parcerias com diversos atores de educação e sensibilização para o ambiente e desenvolvimento sustentável: Programa Bandeira Azul da Europa; Projeto Eco XXI; Programa Eco- Escolas; Programa Jovens Repórteres para o Ambiente; Programa Chave Verde.

⇒ Coordenação Nacional da Semana Europeia da Mobilidade 2015/ Dia Europeu sem Carros.

## 5.5 Consolidação do Quadro Legal de Suporte

### à Política Ambiental

Uma das prioridades da APA será sempre a consolidação da legislação que regulamenta e suporta a Política Ambiental, tendo em vista a

sua aplicação, cumprimento e revisão com o objetivo da simplificação legal /procedimental. Aqui enquadram-se não só os regimes jurídicos,

Resoluções de Conselho de Ministros (RCM), como também a transposição de Diretivas Europeias, Protocolos e Convenções.

- ⇒ A implementação e acompanhamento do Regime Jurídico do LUA, aprovado no Conselho de Ministros em 29 de Janeiro de 2015, em particular a elaboração de várias portarias relativas a elementos instrutórios e à taxa ambiental única.
- ⇒ Apoiar a implementação do quadro legal relativo à **fiscalidade verde**, em particular na operacionalização:
  - da Taxa de Gestão de Resíduos (TGR);
  - do incentivo ao abate de veículos em fim de vida através do FPC; e
  - da aplicação da taxa sobre sacos de plástico leves.
- ⇒ A colaboração no processo de revisão do regime de Sistema de Industria Responsável (SIR).



- ⇒ O desenvolvimento do quadro Regulamentar de Avaliação de Impacte Ambiental com a preparação das propostas de Portaria previstas no Decreto-Lei 151-B/2013, a elaboração da proposta do Regulamento de Funcionamento das Comissões de Avaliação de Impacte Ambiental (CA) e a Operacionalização do Conselho Consultivo de Avaliação de Impacte Ambiental (CCAIA).
- ⇒ A reavaliação do modelo subjacente ao atual regime jurídico AAE (DL. N.º 232/2007), que visa a melhoria da eficácia e eficiência do instrumento de avaliação ambiental estratégica.
- ⇒ A transposição da nova diretiva AIA (Proposta de Diploma com base na revisão do DL n.º 151-B/2013).
- ⇒ Conclusão do processo de transposição da Diretiva SEVESO III e preparação das respetivas portarias regulamentares.

- ⇒ O acompanhamento ambiental dos projetos sujeitos a pós-avaliação no âmbito do regime jurídico de avaliação de impacte ambiental e reforçar a qualidade e a disponibilização da informação associada à pós-avaliação desses projetos.
- ⇒ A revisão do Regime Geral de Resíduos (DL N.º 178/2006), com o objetivo de obter uma melhoria da qualidade na gestão de resíduos e fomento da competitividade para operadores económicos.
- ⇒ Desenvolvimento de Centro de Coordenação e Registo ao abrigo da legislação relativa a REE
- ⇒ Emissão das licenças de fluxos específicos:
  - Embalagens (incluindo SIGRE e fitofarmacêuticos e medicamentos)
  - Óleos Minerais
  - REE
  - Pneus Usados
- ⇒ Preparação da alteração ao Decreto-Lei n.º 93/2010, de 27 de julho (Diploma CELE Aviação) por forma a adequá-lo às alterações recentes deste regime.
- ⇒
- ⇒ Preparação das portarias regulamentares previstas no DL n.º 38/2013, de 15 de março (Diploma CELE) designadamente, a Portaria sobre as medidas de execução plenamente harmonizadas que estabelecem parâmetros de referência (*benchmark*) ex-ante, e Portaria sobre medidas a favor de sectores e subsectores expostos a riscos de fuga de carbono. Elaboração de proposta de diploma que operacionaliza na ordem nacional a aplicação do novo Regulamento relativo aos Gases Fluorados (Regulamento (UE) n.º 517/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Abril.).
- ⇒ O Projeto de Regime Jurídico de Proteção e Remediação dos Solos.
- ⇒ Elaboração da Portaria prevista no Regulamento de Segurança de Barragens (RSB) para contribuição dos donos de obra nas despesas de segurança.

## 5.6 Ações de Proteção de Pessoas e Bens Face a Riscos

### Ambientais

Em 2015, a APA continuará a garantir a execução das ações de proteção de pessoas e bens, dando continuidade às intervenções do PAPVL. Estão previstas as seguintes ações:

- ⇒ Reabilitação da proteção aderente a norte e a sul do esporão nº 1 e reabilitação dos esporões nº1 e 2, a sul do quebra-mar de Castelo de Neiva (empreitada e fiscalização).
- ⇒ Intervenções integradas de proteção e conservação da zona costeira entre Esposende e Espinho.
- ⇒ Empreitada - Requalificação da marginal entre Lavadores e Salgueiros (Empreitada e Fiscalização e Acompanhamento).
- ⇒ Recuperação e consolidação do sistema dunar desde a Ribeira de Silvalde até à Lagoa de Paramos (Empreitada e Fiscalização e Acompanhamento).
- ⇒ Requalificação da Ribeira de Valverde – Valadares – 2ª Fase.
- ⇒ Obra de proteção e valorização da margem direita do rio Lima, Lanheses – Viana do Castelo.
- ⇒ Avaliação e acompanhamento de situações de risco - todos os concelhos.
- ⇒ Estabilização e consolidação do talude na margem esquerda do rio Douro, freguesia de Santa Marinha, Vila Nova de Gaia.
- ⇒ Proteção e Estabilização Dunar na Praia da Cortegaça (Empreitada-Execução de Estrutura Longitudinal Aderente, em enrocamento e fiscalização e Acompanhamento).
- ⇒ Aquisição de serviços para fiscalização e coordenação de segurança na obra Areão, Poço da Cruz e Sul de Mira.
- ⇒ Reforço de dunas e proteção marginal na Praia do Pedrogão a sul do promontório e reabilitação de acessos (Empreitada-Execução de Estrutura Longitudinal Aderente, em enrocamento e fiscalização e acompanhamento).
- ⇒ Proteção marginal na frente marítima da Praia da Tamargueira e Costa de Lavos, Figueira da Foz (Empreitada-Execução de Estrutura Longitudinal Aderente, em enrocamento e fiscalização e Acompanhamento).
- ⇒ Estabilização da Arriba Norte - núcleo urbano (Obra e Fiscalização, Coordenação de segurança e assistência técnica).
- ⇒ Plano de Praia da Praia do Magoito (Empreitada e Fiscalização, Coordenação de segurança e assistência técnica).
- ⇒ Arriba da Praia de S. Bernardino, Peniche (Empreitada e Fiscalização).
- ⇒ Alimentação e Reabilitação da estrutura aderente na praia de S. João da Caparica, Almada.
- ⇒ Implantação de Estruturas de Confinamento de Areias.
- ⇒ Consolidação das Arribas da Nazaré, Porto Novo, Consolação, Formosa e Calada.
- ⇒ Estabilização das Arribas da Praia da Nazaré- Empreitada.
- ⇒ Estabilização das Arribas do Forte de S. Miguel Arcanjo e das Praias de S. Pedro de Moel, S. Bernardino e Areia Branca.
- ⇒ Consolidação das arribas da Praia de S. Bernardino-empreitada.
- ⇒ Fiscalização da Consolidação das arribas da Praia de S. Bernardino.
- ⇒ Dragagens e Defesa da Margem Sul da Lagoa de Óbidos - 2ª Fase.
- ⇒ Projeto de Execução das Dragagens da Zona Superior da Lagoa de Óbidos e Tratamento dos Materiais Dragados.
- ⇒ Proteção Costeira-Projeto de Apoio.
- ⇒ Monitorização da Evolução da Linha de Costa em Troços Críticos.

Com o objetivo também de prevenir, gerir e monitorizar os riscos naturais e antrópicos, mitigando e minimizando o risco para populações, para o ambiente, e para o património e infraestruturas, a APA deu continuidade à reformulação e reabilitação das redes de monitorização ambientais (água, ar, clima, solos), à consolidação dos sistemas de vigilância e alerta de riscos (cheias, secas, segurança de barragens, poluição industrial, contaminações por substâncias perigosas e radioatividade, etc.) e ao mapeamento e gestão de riscos de cheias e secas, atividade de apoio ao bom funcionamento do Sistema de Vigilância e Alerta de Recursos Hídricos (SVARH) e essencial

para responder às obrigações decorrentes da Lei da Água e da Diretiva da Avaliação e Gestão de Riscos de Inundações (DAGRI) (Diretiva nº 2007/60/CE, de 23 de outubro, transposta pelo Decreto -Lei n.º 115/2010, de 22 de outubro).

Nesse sentido, será dada continuidade à elaboração de mapas de zonas inundáveis e mapas de risco de inundações e ao desenvolvimento de planos de gestão de riscos de inundações. Em simultâneo é exigido a avaliação das Zonas Ameaçadas pelas Cheias elaboradas no âmbito da Reserva Ecológica Nacional.

Ainda no âmbito da monitorização ambiental, importa salientar as iniciativas relacionadas com a melhoria do sistema de previsão da qualidade do ar e da avaliação da qualidade do mesmo nas zonas e aglomerações através da modelação e do respetivo reporte ao público.

De referir ainda atividades referentes à **Segurança das Infraestruturas Hidráulicas** por forma a prevenir riscos para populações e bens, fazendo cumprir a sua ação enquanto Autoridade de Segurança de Barragens. Em

2015, pretende-se elaborar o relatório da Autoridade de Segurança de Barragens; melhorar a qualidade do Curso Anual de Exploração e Segurança; cumprir o planeamento previsto de inspeções e atribuir nível de comportamento às grandes barragens. Pretende-se também garantir todas as intervenções em barragens e órgãos anexos bem como promover a observação especializada do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC). Reformular-se-á o site da APA na vertente de segurança de barragens e operacionalizar-se-á a base de dados "Portal de Informação sobre Barragens (BARPT).

No que respeita à manutenção da rede de medida em contínuo de modo que sejam detetadas situações de aumento anormal de radioatividade no ambiente, será dada continuidade à expansão da rede existente (RADNET) dotando-a, em 2015, 3 estações espectroscópicas fixas, uma das quais já adquirida. No âmbito das competências como Autoridade Técnica de Intervenção em emergências radiológicas com impacto no ambiente e na população (Decreto-Lei n.º 174/2002) prevê-se a aquisição de equipamento de monitorização radiológica portátil.

## 5.7 Consolidação dos Principais Instrumentos de Planeamento e Reporte

Em 2015 uma das prioridades de ação da APA será dar continuidade à consolidação dos principais instrumentos de Planeamento, os quais por sua vez assentarão na própria consolidação das ações de monitorização, avaliação e nos respetivos instrumentos de reporte essenciais para o acompanhamento e avaliação da implementação do planeado. Neste âmbito importa destacar:

- **Compromisso para o Crescimento Verde (CCV)**

⇒ Contribuição para o **Compromisso para o Crescimento Verde (CCV)** e Coligação para

o Crescimento Verde, apoiando o processo de transformação estrutural da economia portuguesa através de uma aposta clara na economia verde (participação no Grupo de Trabalho (GT) Economia Verde; contributos para a implementação do compromisso; contributos para o acompanhamento e monitorização; participação nas atividades do GT; recomendações de Política: definição de medidas, iniciativas e de linhas de ação).





## ■ **Planeamento e Recursos Hídricos e Litoral**

- ⇒ Elaboração da proposta de Plano Nacional da Água (PNA).
- ⇒ Elaboração dos Planos de Gestão da Região Hidrográfica (PGRH), nos dois períodos de 6 meses previstos na DQA: Questões Significativas da Gestão da Água (QSIGA) e Programas de Medidas.
- ⇒ Apoio ao Grupo de Trabalho do Litoral (GTL). E, na senda das propostas do GTL, preparar propostas sobre governação do litoral e de Plano Estratégico de Gestão de Sedimentos.
- ⇒ Elaboração dos Programas de Orla Costeira de 2ª geração.
- ⇒ Conclusão do processo de elaboração do PENSAAR2020, incluindo a sua Avaliação Ambiental Estratégica.
- ⇒ Plano Estratégico de Monitorização (PEM) de recursos hídricos contemplando todas as categorias de águas (superficiais interiores, de transição e costeiras e subterrâneas) e os aspetos de quantidade e qualidade.



## ■ **Planeamento Ar e Clima**

- ⇒ Elaboração do QEPiC – Quadro Estratégico de Política Climática; do Programa nacional para as Alterações Climáticas (PNAC2020-30) e da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAC 2014-2020).
- ⇒ Elaboração da Estratégia Nacional para o Ar – ENAR2020.



## ■ **Planeamento de Resíduos**

- ⇒ Atualização do Plano Nacional de Gestão de Resíduos (PNGR).
- ⇒ Acompanhamento da implementação de medidas do Plano estratégico de Abastecimentos de Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU 2020).
- ⇒ Plano Estratégico de Resíduos Hospitalares (PERH).



- ⇒ Acompanhamento e Avaliação do:
  - Plano Estratégico dos Resíduos Industriais (PESGRI).
  - Plano de ação para os Resíduos de Construção e Demolição (RCD).

## ■ **Monitorização, Avaliação e Reporte ambiental**

- ⇒ A elaboração e publicação do Relatório do Estado do Ambiente 2015 (REA).
- ⇒ Apoio à elaboração do Relatório Europeu do Estado do Ambiente (SOER).
- ⇒ A definição de regimes de caudais ecológicos para cumprir requisitos comunitários (DQA) e nacionais (Lei da Água).
- ⇒ A avaliação do Estado Ecológico das Massas de Água Costeiras e de Transição Adjacentes com a definição das metodologias e instrumentos de avaliação do estado/potencial ecológico das massas de água costeiras e de transição, incluindo a realização do exercício europeu de intercalibração (Projeto EEMA), para cumprimento da DQA e Lei da Água.
- ⇒ A gestão de recursos hídricos e informação de Suporte- Estado das Águas (Cumprir requisitos comunitários (DQA) e nacionais (Lei da Água), destacando-se a obtenção da informação para a elaboração dos PGRH no que se refere à avaliação do impacto das pressões antropogénicas nas massas de água interiores e monitorização do seu estado e desenvolvimento de procedimentos para a determinação de regimes de caudais ecológicos, procedendo casuisticamente à sua definição).
- ⇒ A realização da estimativa das cargas de nutrientes provenientes de fontes difusas afluentes às massas de água superficiais e subterrâneas e produzir índices de suscetibilidade à poluição difusa, relevantes para o PENSAAR 2020 e para os PGRH.
- ⇒ A implementação de novas metodologias analíticas para cumprimento da DQA e da Diretiva da Qualidade do AR.
- ⇒ A monitorização e acompanhamento das Entidades Gestoras de Resíduos (EG) e do mercado organizado de resíduos (MOR).
- ⇒ A monitorização e reporte de informação sobre clima, visando dar resposta aos

- compromissos internacionais e comunitários dos Estados-Membro, em particular no quadro do Regulamento (UE) n.º 525/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013.
- ⇒ O acompanhamento, monitorização e caracterização da situação nacional da eliminação ou descontaminação de equipamentos contendo Policlorobifenilos (PCB) e de PCB usados.
  - ⇒ A monitorização e acompanhamento do fluxo dos Óleos Alimentares Usados (OAU).
  - ⇒ A monitorização e acompanhamento do fluxo de Resíduos de Construção e Demolição (RCD).
  - ⇒ A monitorização e acompanhamento do fluxo dos RCD com amianto.
  - ⇒ A análise e autorização de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos (MTR).
  - ⇒ A avaliação da substância bifenilo no âmbito do Plano Evolutivo Comunitário (Corap).
  - ⇒ A avaliação de substâncias ativas biocidas na vertente ambiente.
  - ⇒ A definição e implementação de programa de monitorização de Organismos Geneticamente Modificados (OGM).

## 5.8 Abordagem Integrada da Gestão dos Financiamentos Ambientais e Definição e Implementação de Políticas de Ambiente

A APA tem como estratégia para o ano de 2015 e seguintes maximizar o investimento dos fundos estruturais e ambientais às áreas prioritárias da Política do Ambiente. Nesse sentido, a APA irá contribuir para a que no próximo Quadro Financeiro Plurianual – o Portugal2020 a área do ambiente tenha grande preponderância, criando condições de alavancagem para os projetos prioritários no âmbito da Política Ambiental, impulsionando assim a criação de uma economia verde, competitiva, resiliente e de baixo carbono.

Neste âmbito estão previstas as seguintes atividades:

- ⇒ Contribuição para a estruturação do modelo de governação do “Portugal 2020” e sua execução nas componentes de recursos hídricos, ciclo urbano da água, riscos (p.e.litoral), resíduos e clima, em particular no âmbito do POSEUR.
- ⇒ Identificação de tecnologias que contribuem para a redução de gases com efeito de estufa e elaboração de linhas de orientação para o apoio de candidaturas ao FCP (elaborar guias de tecnologias/técnicas de baixo carbono e definir de

linhas de orientação para apoio de candidaturas ao FPC).

- ⇒ Implementação da Lei da Fiscalidade verde no que concerne às obrigações da APA:
  - Implementação das alterações à Taxa de Gestão de Resíduos (TGR)
  - Implementação do regime de incentivo a VFV na aquisição de veículos elétricos;
  - Acompanhamento da implementação da taxa sobre sacos de plástico leves;
  - Alteração do registo de ONGA.
- ⇒ Gestão integrada dos fundos ambientais, designadamente o Fundo Português de Carbono, o Fundo de Proteção de Recursos Hídricos e o Fundo de Intervenção Ambiental.
- ⇒ Programa AdaPT: Implementação do Programa de apoio financeiro à atuação em matéria de “Adaptação às alterações climáticas” em Portugal financiado pelos EEA Grants e co-participado pelo FPC.
- ⇒ Programa NER300: Apoio no âmbito do Programa NER300 promovido pela Comissão Europeia (CE) para promoção de tecnologias inovadoras de renováveis.
- ⇒



## ■ **Ações e Processos Nacionais e Internacionais de Informação e Produção de Estatísticas Ambientais**

- ⇒ Participação ativa, com contributos relevantes, nas reuniões, atividades e projetos do *National Reference Centre for Forward Looking Information and Scenarios* (NRC FLIS) da Eionet/EEA (inclui participação nos projetos da EEA de *Horizon Scanning*, *Global Megatrends Tool* e *BLOSSOM — Bridging long-term scenario and strategy analysis*).
- ⇒ Participação ativa em redes e acompanhamento de dossiers europeus e internacionais em matérias de ambiente,

nomeadamente na *European Environment Information and Observation Network* (Eionet).

- ⇒ Acompanhamento e participação nas atividades da *Government Foresight Organisations Network* (GFN).
- ⇒ Atualização periódica de um enquadramento Macroeconómico para Planos, Estratégias e Programas – os “Cenários APA”.
- ⇒ Disponibilização e atualização permanente de uma Base de Dados de Cenários, Tendências e Simuladores.
- ⇒ Roteiro Nacional para Eco inovação no âmbito das atividades da ECOPOL.PT.
- ⇒ Avaliação de projetos enquanto Organismo Intermédio (OI) no âmbito do Contrato Programa Operacional de Valorização do Território (POVT) – APA.



**ambiente**  
PORTUGAL  
AMBIÇÃO  
PARA O FUTURO

 AGÊNCIA  
PORTUGUESA  
DO AMBIENTE

# ACRÓNIMOS

SIGLA	Designação
AIA	Avaliação de Impacte Ambiental
AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
ACL	Avaliação de Compatibilidade de Localização
APA	Agência Portuguesa para o Ambiente, I.P.
BARPT	Portal de Informação sobre Barragens
BPM	Business, Process Management
CCAIA	Conselho Consultivo de AIA
CCV	Compromisso para o Crescimento Verde
CE	Comissão Europeia
CELE	Comércio Europeu de Licenças de Emissão
CD	Conselho Diretivo
CDP	<i>Carbon Disclosure Project</i>
CORAP	Plano Evolutivo Comunitário
CPLP	Comissão dos Países de Língua Portuguesa
DAGRI	Diretiva da Avaliação e Gestão de Risco de Inundações
DQA	Diretiva Quadro da Água
DQEM	Diretiva-Quadro Estratégia Marinha
EIONET	European Environment Information and Observation Network
EG	Entidade Gestora de Resíduos
ENAAC	Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas
ENAR	Estratégia Nacional para um Ar Mais Limpo
ENGIZC	Estratégia de Gestão Integrada das Zonas Costeiras
EEMA	Projeto Avaliação do Estado Ecológico das Massas de Água Costeiras e de Transição Adjacentes e do Potencial Ecológico das Massas de Água Fortemente Modificada
ERP	<i>Enterprise Resource Planning</i>
FPC	Fundo Português do Carbono
FIA	Fundo de Intervenção Ambiental
FPRH	Fundo de Proteção de Recursos Hídricos
GFN	<i>Government Foresight Organisations Network</i>
GT	Grupo de Trabalho
IDE	Infraestrutura de Dados Espaciais
JRC	<i>Joint Research Centre</i>
Programa-LIFE	Programa de Ambiente e Ação Climática
LE	Licenças de Emissão
LNEC	Laboratório Nacional Engenharia Civil
LUA	Novo Regime do Licenciamento Único Ambiental
MEF	Macro Estrutura Funcional
MTR	Movimento Transfronteiriço de Resíduos
MRRU	Mapa de Registo de Resíduos Urbanos
MIRR	Mapa Integrado de Registo de Resíduos
OI	Organismo Intermédio
OI	Orçamento de Investimento
OF	Orçamento de Funcionamento
OGM	Organismos Geneticamente Modificados
OAU	Óleos Alimentares Usados
PACITA	<i>Parliaments and civil society in Technology Assessment</i>
PCB	Policlorobifenilos
PEM	Plano Estratégico de Monitorização
PESGRI	Plano Estratégico dos Resíduos Industriais
PERH	Plano Estratégico de Resíduos Hospitalares
PERSU	Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos
PAPVL	Plano de Ação de Proteção e Valorização do Litoral
PGRH	Plano de Gestão de Região Hidrográfica

SIGLA	Designação
PNA	Plano Nacional da Água
PNAC	Plano Nacional para as Alterações Climáticas
PNGR	Plano Nacional de Resíduos
PNRH	Plano Nacional de Gestão de Resíduos
PNBEPH	Plano Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hídrico
PNUEA	Plano Nacional para o Uso Eficiente da Água
POOC	Planos de Ordenamento da Orla Costeira
POVT	Programa Operacional Valorização do Território
PRTR	Pollutant Release and Transfer Register
QEC	Quadro Europeu Comunitário
QSIGA	Questões Significativas da Gestão da Água
QREN	Quadro Referência Estratégico Nacional
RCD	Resíduos de Construção e Demolição
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
REA	Relatório do Estado do Ambiente
REAI	Regime do Exercício da Atividade Industrial
REAP	Regime do Exercício da Atividade Pecuária
RPLE	Registo Português de Licenças de Emissão
RSB	Regulamento de Segurança de Barragens
SOER	Relatório Europeu do Estado do Ambiente
SIR	Sistema da Indústria Responsável
SIRER	Sistema Integrado de Registo Eletrónico de Resíduos
SILiAmb	Sistema Integrado para o Licenciamento Ambiental
SNIAmb	Sistema Nacional de Informação Ambiental
SEVESO	Prevenção de Acidentes Graves
SIG	Sistema de Informação Geográfico
SIGA	Sistema Integrado de Gestão de Atendimento
SNIERPA	Sistema nacional de inventário de emissões antropogénicas por fontes e remoção por sumidouros de poluentes atmosféricos
SPGS	Sistema de Previsão e Gestão de Secas
SVARH	Sistema de Vigilância e Alerta de Recursos Hídricos
TAU	Taxa Ambiental Única
TRH	Taxa de Recursos Hídricos
TUA	Titulo Único ambiental
TURH	Títulos de Utilização dos Recursos Hídricos
UMC	Unidade Ministerial de Compras
VDI	Virtualização
WMS	Web Feature Services
WMS	Web Map Service